

A PROTEÇÃO AMBIENTAL E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NOS BAIRROS IRREGULARES

Carla Floriano Fraga (Voluntária) - Curso de Direito – UCS

Leonardo da Rocha de Souza (Orientador) - UCS

Grupo de Pesquisa CNPq: "Cultura Política, Políticas Públicas e Sociais"

Projeto de pesquisa: "Democracia Deliberativa e Proteção Ambiental"



Introdução

A pesquisa desenvolvida consistiu em investigar de que forma o Poder Público através da política urbana assegurará aos bairros que surgem de forma irregular a efetiva garantia aos serviços públicos essenciais e de que maneira a ausência dos referidos serviços afetará os indivíduos oriundos dessa realidade, assim como contribuirá para a degradação ambiental dessas áreas.

Problema de pesquisa

A partir da problemática proposta no sentido de como se daria a prestação dos serviços essenciais do Estado em bairros irregulares e como os mesmos contribuiriam para a proteção ambiental, objetivou-se analisar o planejamento urbano frente aos bairros irregulares e a partir disso, apurar de que forma os indivíduos que lá vivem são prejudicados, bem assim os problemas concernentes à degradação ambiental desses espaços, em virtude de eventual ausência de contraprestação dos serviços públicos pelo Estado.

Objetivo

Investigar de que forma o Poder Público através da política urbana assegurará aos bairros que surgem de forma irregular a efetiva garantia os serviços públicos essenciais e de que maneira a ausência dos referidos serviços afetará os indivíduos oriundos dessa realidade, assim como contribuirá para a degradação ambiental dessas áreas.

Metodologia

A presente pesquisa utilizou-se do método hipotético-dedutivo, utilizando-se de aspectos teóricos de modo a corroborar as expectativas lançadas sobre o objeto problema. A fonte formal de pesquisa consiste em pesquisas bibliográficas em fontes de doutrina relacionadas à matéria em debate. Nesta perspectiva, serão utilizados como instrumento de pesquisa, leituras e registros em fichas das ideias relevantes sobre o tema para posterior confronto e análise interpretativa, buscando nesta a solução para o problema levantado e a aferição de conclusões sobre o assunto.

Resultados alcançados

O presente estudo continua em andamento, de modo que, no transcorrer do trabalho, pretende-se investigar os fatores que prescindem a existência dos bairros informais e a questão da omissão do Poder Público em efetivar o processamento dos serviços essenciais aos indivíduos inseridos neste contexto, tanto de ordem moral (dignidade), em como quanto à privação de fruição de um ambiente saudável e sustentável para a sua sobrevivência. Do mesmo modo, se tentará, também, verificar a lesão ao meio ambiente decorrente da referida omissão e a consequente busca de possíveis soluções/alternativas, de forma a comprovar a responsabilidade do Poder Público no desenvolvimento de uma cidade cada vez mais sustentável e a garantia do bem-estar dos seus habitantes.

Referências utilizadas

FENSTERSEIFER, Tiago. Direitos Fundamentais e proteção do ambiente: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico constitucional do estado socioambiental de direito. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008. FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. Curso de direito ambiental. – 5. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. – 11. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2010. LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2011. MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; FILHO, José Emmanuel Burle. Direito Administrativo Brasileiro, 40ª edição, atualizada até a Emenda Constitucional 76, de 28.11.2013, Malheiros Editores Ltda, São Paulo, 2014. MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson (Org.). Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide (Org.). O direito ambiental e biodireito: da modernidade à pós modernidade. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2008. RECH, Adir Ubaldo; RECH, Adivandro. Direito Urbanístico: fundamentos para construção de um plano diretor sustentável na área urbana e rural. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2010. RIOS, Aurélio Virgílio Veiga (Org.).